

A ASSOCIAÇÃO DE PARENTES E AMIGOS DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA – APAVV

Liene Martha Leal¹ (UFPI)

GT 07 - Infância, Juventude e Violência na Escola

INTRODUÇÃO

Segundo o psicanalista Jurandi F. Costa, a violência “invadiu todas as áreas da vida de relação do indivíduo: relação com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas, com seu corpo e sua mente”. (5, p. 96). É como se toda a evolução e todo o progresso tecnológico pelo qual passa a humanidade em vez de colaborar para o bem estar das pessoas, contribuiu para essa degradação social onde a violência surge como uma doença, uma patologia social que permeia e contamina instituições sociais como a família, a escola e o Estado.

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) mantém um banco de dados sobre os homicídios ocorridos em todo o Estado do Ceará. Em 1996, o CDPDH publicou uma pesquisa realizada no período de agosto de 1992 a setembro de 1995, e ao investigar os motivos das ocorrências destes homicídios, excetuando-se os provocados por colisão de veículos ou atropelamento, os pesquisadores concluíram que, no Ceará, a maior parte deles não são praticados por marginais e que a maioria destes homicídios teve como principal motivo conflitos interpessoais, tais como, rixas, pequenas desavenças momentâneas, ciúmes e conflitos de vizinhança. (3).

Um outro dado de extrema importância apresentado nesta pesquisa diz respeito à relação entre as pessoas responsáveis pelos crimes de homicídio e suas vítimas, onde se concluiu que

“Os principais protagonistas dos crimes de homicídio no Ceará são pessoas comuns, sem antecedentes criminais. A maior parte dos responsáveis pelos crimes de homicídios freqüentava o mesmo ambiente de suas vítimas e com elas já havia mantido contato”. (3, p. 24).

Em 1997, o CDPDH publicou uma nova pesquisa, realizada no período de janeiro a dezembro de 1996, e mais uma vez esta pesquisa também comprovou que a grande maioria dos acusados de terem cometido homicídios não estão envolvidos em atividades ilícitas:

“Acusados com atividades criminosas como tráfico de drogas, roubo, furto, etc. são responsáveis por apenas 3% dos homicídios. (...) Se, este dado não nos possibilita tirar a conclusão de que o ‘cidadão comum’ mata mais do que o chamado ‘delinqüente’, nos permite concluir que a maioria dos crimes ocorre em situações ‘banais’ no contexto de desavenças cotidianas”. (4, p. 32).

¹ Mestre em Psicologia (UNIFOR), Psicóloga (UFC) e Professora (DE) do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – Campus do Junco – Picos – PI.

Que fenômeno é esse? Porque tanta falta de diálogo entre as pessoas? Porque tanta violência e tanta agressividade? Porque o cidadão comum não está conseguindo direcionar as suas insatisfações, inseguranças e incertezas? O que ele está querendo sinalizar com essa falta de controle de seus impulsos agressivos e destrutivos?

O psicanalista Hélio Pellegrino destaca a existência de um clima cultural onde se observa a deteriorização de valores básicos e agregadores da coletividade, como a solidariedade, a justiça e a dignidade humana. (1). A essa deteriorização desses valores básicos ele denominou de cimento social. É como se estes sentimentos de preservação da espécie, de amor ao seu semelhante, estes valores estivessem cimentados, endurecidos e esquecidos por nossos cidadãos. E é nesse clima que constatamos a banalização do mal, a tolerância para com a crueldade, a impunidade, a descrença do cidadão comum nos mecanismos reguladores da convivência social (o poder judiciário) e o fracasso do Estado em garantir a segurança dos cidadãos, mesmo porque o próprio Estado muitas vezes contribui para essa violência.

VIOLÊNCIA E AGRESSIVIDADE HUMANA

A palavra agressividade tem sua origem no latim **aggredior, aggredi**, que, originalmente, significava acometer, avançar decididamente, mover-se ativamente para um objeto qualquer, dando a idéia de uma disposição para enfrentar obstáculos. Em outras palavras, trata-se de uma “manifestação de força e afirmação pessoal”. (10, P. 156).

Com o tempo, o termo agressividade passou a ter dois significados bem distintos:

1. Um significado positivo: de força, de afirmação e de exercício do poder pessoal e de capacidade para superar obstáculos;
2. Um significado negativo: de hostilidade, de ofensa às pessoas, de disposição para a violência e para a lesão física ou moral.

Neste último sentido, a agressividade ainda pode ser classificada como heteroagressividade (dirigida às outras pessoas) e autoagressividade (dirigida contra si mesmo).

Moraes, psiquiatra forense, considera a agressividade um comportamento normal, que faz parte da natureza do ser humano, nasce com ele, sendo, portanto, inata e que desempenha um papel muito importante nos comportamentos de preservação da vida e da espécie. (9). Segundo ele, através de processos educacionais e dos mecanismos de controle social, a agressividade vai modificando suas formas de expressão e adquirindo características específicas nas condutas individuais, podendo ou não, vir a prejudicar outrem.

De acordo com Moraes, a violência surge a partir da agressividade, quando a pessoa passa a direcionar racionalmente a sua energia agressiva. Sendo, portanto, um comportamento adquirido, onde a pessoa se instrumentaliza, se prepara para agredir o outro ou a si mesmo. A violência seria uma manifestação direta, explícita, desmascarada e brutal da agressividade, adquirida através do aprendizado. É uma conduta própria e exclusiva do ser humano, não existindo nos outros animais.

Para o antropólogo Girard, a violência surge numa relação de rivalidade em torno de um mesmo objeto. (7). Segundo ele, a violência não seria consequência de uma coincidência de interesses de duas pessoas por um mesmo objeto. O sujeito deseja o objeto porque o outro também desejou. A partir do momento em que o sujeito deseja alguma coisa, o seu desejo destaca o objeto desejado para um rival, que passa a desejá-lo também. O desejo é por natureza, mimético, representando uma busca infinita de um modelo ideal a ser seguido. Esse ato de imitar o desejo do outro é que desencadeia o conflito. A violência gerada por este mimetismo não tem limites, tornando-se capaz de desencadear um instinto louco de vingança sem fim.

Na visão de Girard, a sociedade necessita de um “bode expiatório” para direcionar toda essa violência. Então, ela cria seus rituais e sacrifícios, com o objetivo de mascarar a violência, ditando normas e regras de convivência social e construindo, assim, as civilizações. Neste sentido a violência é considerada fundadora. Em outras palavras, para Girard, a violência é que constrói uma civilização.

Segundo a psicóloga social Ana Bock, a agressividade é constitutiva do ser humano e a cultura assume um papel importante como reguladora dos impulsos destrutivos do homem. Na sua visão, a educação e os mecanismos sociais da lei, da cultura e das tradições têm como objetivo o controle e a subordinação da agressividade. Portanto, desde criança somos educados no sentido de reprimirmos nossa agressividade e mantê-la sob rígido controle, ao mesmo tempo em que a cultura cria condições para que possamos canalizar, direcionar nossos impulsos agressivos para produções consideradas positivas, ou socialmente aceitas – como as produções intelectuais, artísticas, esportivas, entre outras.

É durante o processo de socialização que se espera que o indivíduo estabeleça vínculos significativos com outras pessoas do grupo social ao qual pertence e internalize as normas e regras de controle social vigente em seu grupo. Neste momento, torna-se desnecessário o controle

externo, pois o mesmo já se encontra dentro do indivíduo. Mesmo assim a sociedade sente a necessidade de criar seus próprios mecanismos de controle e punição dos comportamentos agressivos, através das leis e da ordem jurídica vigente em cada cultura. A questão que se coloca então é se a nossa “sociedade está conseguindo ou não criar condições adequadas para a canalização desses impulsos destrutivos e para a não-manifestação da violência”. (1, p. 331).

Embora a agressividade tenha um papel importante na formação da violência como uma patologia social, faz-se necessário também compreender como a organização social estimula legítima e mantém diversas formas de violência. Como exemplo temos a impunidade, a morosidade do nosso sistema jurídico e as brechas nas leis que permitem as mais diversas manobras jurídicas que muitas vezes beneficiam o agressor.

Este crescente aumento da violência e da impunidade em nosso Estado, gera no cidadão comum um sentimento de orfandade e desamparo quando ele se vê vitimado pela violência e necessitando da Justiça. E como uma tentativa de superar essa sensação de orfandade, de solidão e de abandono pelo poder judiciário foi que vítimas, parentes e amigos de vítimas da violência reuniram suas forças e fundaram, em 12 de junho de 1999, a APAVV – Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência.

A APAVV é uma organização não governamental que tem por finalidade apoiar, orientar, assistir e assessorar vítimas, parentes e amigos de vítimas de violência no Ceará, através de atendimento psicológico, jurídico e social, e desenvolver ações em defesa e promoção dos direitos humanos.

A APAVV, seguindo as recomendações do 7º. Congresso das Nações Unidas – ONU, realizado em 1985 na cidade de Milão, na Itália, entende por vítimas (que podem ser vítimas de delitos e/ou vítimas do abuso do poder) as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido danos, inclusive lesões físicas ou morais, sofrimento emocional, perda financeira ou diminuição substancial de seus direitos fundamentais, como consequência de ações ou omissões que violem a Legislação Penal vigente no Brasil, inclusive a que prescreve o abuso criminal de poder e/ou como consequência de ações ou omissões que não cheguem a constituir violações de direito penal internacional, mas às normas internacionalmente reconhecidas relativas aos direitos humanos.

As pessoas que se juntaram para criar a APAVV acreditam que a diminuição da violência e o fim da impunidade apenas acontecerão através de uma permanente luta coletiva, que envolva também a sociedade, tendo como pontos principais: denunciar os casos de violência, lutar contra a impunidade, exercer uma pressão constante, crescente e enérgica junto aos Poderes Públicos e contribuir para a construção de uma cultura de paz e de respeito e proteção aos direitos humanos e constitucionais.

A APAVV surge na sociedade cearense como uma resposta, uma atitude, uma reação e por que não dizer uma mobilização do cidadão comum no sentido de por um basta na cultura de impunidade que reina em nosso Estado, nessa banalização da violência onde se mata o outro por motivos torpes e os assassinos não sofrem as punições cabíveis diante do seu ato.

TRÊS MULHERES UNIDAS PELA DOR E POR UM IDEAL: LUTAR POR JUSTIÇA!

Na madrugada de 28 de dezembro de 1993 uma bailarina de 20 anos de idade foi assassinada com um tiro no olho por um estudante de direito devido a uma discussão no trânsito. O estudante foi julgado e condenado a sete anos de prisão, contudo, a defesa entrou com um recurso junto ao Ministério Público e o julgamento foi anulado. Hoje, ele reside em Brasília, é advogado e aguarda o novo julgamento em liberdade. A mãe da bailarina (membro da APAVV), em entrevista a um jornal, dá uma aula de cidadania: “o assassino continua em liberdade, embora tenha sido condenado por um júri popular. A dor maior é essa, pelo mau exemplo que deixa para a sociedade. (...) Nós não podemos ficar calados. A impunidade fortalece a violência. Eu acho que as mães deveriam estar mais próximas dos seus filhos. Geralmente, quem agride a sociedade é agredido dentro de casa”. (2).

No dia 01 de fevereiro de 1999, um operário têxtil morre após ter sido vítima de espancamento atribuído a policiais militares. Sua irmã (membro da APAVV) desabafa: “a minha família não sai de casa, com medo de represálias. Estamos correndo risco de vida porque denunciemos erros da Polícia Militar”. (8).

Um prefeito é assassinado no dia 08 de maio de 1998, vítima de crime de pistolagem. Sua filha (membro da APAVV) levanta a bandeira de que “denunciar e lutar pela punição dos criminosos é fundamental para diminuir a violência”. (6). Ela teve que se ausentar da cidade onde mora por três meses devido às constantes ameaças de morte que recebe, mas não desanima: “as pessoas vítimas de violência não podem ficar caladas. Devem lutar, porque existe Justiça, mas é preciso brigar por ela. Eu não desisto enquanto não conseguir prender os assassinos do meu pai”. (2).

Uma mãe, uma irmã e uma filha. Três mulheres, três histórias de violência, dor, sofrimento e impunidade, unidas por um único ideal: denunciar os acusados, clamar por justiça e lutar contra a impunidade!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso trabalho de assistência psicológica junto aos membros da APAVV, principalmente no contato com os parentes de vítimas da violência nos deparamos com muita dor, muito sofrimento e muita indignação diante da impunidade, da morosidade do nosso sistema jurídico e das brechas existentes nas leis que permitem as mais diversas manobras jurídicas que muitas vezes beneficiam o agressor. O primeiro sentimento que acomete essas famílias é o de total desamparo (jurídico, social, psicológico, solidário e humanitário). Eles experimentam uma sensação de pequenez e impotência. É como se a imagem do agressor fosse de alguém bem mais forte, poderoso e superior o suficiente para se achar no direito de ceifar a vida do seu ente querido e ficar impune.

Estas famílias sentem-se duplamente agredidas, duplamente violentadas: primeiro, pelo agressor; segundo, pela falta de justiça, de punição aos agressores. E quando começam a gritar e a reivindicar justiça deparam-se com uma terceira forma de agressão: as ameaças de morte. É neste momento que estas famílias descobrem que além de ser difícil lutar por justiça em nosso país, este também é um ato perigoso. O que lhes resta fazer? Tornaram-se prisioneiros da violência e da impunidade. Tornaram-se órfãos da Justiça! Negaram-lhes o direito de chorarem pelos seus mortos, de reivindicarem uma investigação mais apurada dos fatos, a reconstituição dos crimes, a prisão e o julgamento dos acusados.

Não é com alegria e nem festa que as vítimas, parentes e amigos de vítimas de violência criaram a APAVV, mas com esperança e com a certeza de que não estão sós em sua busca incansável por justiça e que não aceitarão passivamente o papel de órfãos da Justiça, de abandonados e esquecidos pelo nosso sistema jurídico. O que estas famílias encontram na APAVV não é só apoio, orientação, assistência e assessoria jurídica, psicológica e social, mas um espaço onde conseguem exercer plenamente seu papel de cidadão e lutar pelos seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BOCK, A. M. B. et al. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- 2 CAMINHADA com famílias e amigos de vítimas pede o fim da violência. *Jornal O POVO*, Fortaleza, 26 abr. 1999.
- 3 CPDH – CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. *Homicídios no Ceará*. Ano III. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 1996.
- 4 _____. *O perfil dos homicídios no Ceará*. Ano IV. Fortaleza: s.n., 1997.
- 5 COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- 6 FAMÍLIAS de vítimas querem lutar contra impunidade. *Jornal O POVO*, Fortaleza, 13 jun. 1999.
- 7 GIRARD, R. *A violência e o sagrado*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- 8 MIL pessoas fazem caminhada pela paz e pedem o fim da impunidade. *Tribuna Bancária – Jornal do Sindicato dos Bancários do Ceará*, Fortaleza, no. 586, 26 à 30 abr. 1999.
- 9 MORAES, T. M. Visão psiquiátrica da violência urbana. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, n. 37, p. 05-09. 1988.
- 10 SÁ JÚNIOR, L. S. M. *Psicopatologia e propedêutica*. Série Curso de Psiquiatria. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1984.